Ao leitor

A primeira vez que me encontrei com Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI, foi durante uma viagem de três dias a Bassano del Grappa, em outubro de 1992, por ocasião da outorga ao cardeal do Prémio de Cultura Católica. Na altura, eu trabalhava na publicação mensal *Trentagiorni* e, com Lucio Brunelli, então jornalista do semanário *Il Sabato*, tínhamos de conseguir uma entrevista sobre alguns dos temas «quentes» do debate eclesial do momento, antes de mais a hipótese de um novo concílio, um Vaticano III, que naquela altura estava a ser ventilada por alguns meios católicos conservadores, os quais pretendiam sancionar, com uma nova reunião geral dos bispos de todo o mundo, uma viragem «restauradora» que pusesse definitivamente fim a certos abusos que tinham caraterizado o período pós-Vaticano II. Era uma pequena caravana de jornalistas que seguia, de Roma para Veneto, o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

Graças aos ótimos contactos de Brunelli, conseguimos apurar em que avião embarcaria o *Panzerkardinal*, tanto na ida como no regresso,

e reservámos bilhetes no mesmo voo, na esperança de poder atingir mais facilmente o nosso objetivo. A entrevista foi-nos concedida enquanto esperávamos no aeroporto de Tessera, a escala antes de Veneza, ao fim de três dias de viagem.

Sobre a hipótese de um Vaticano III, Ratzinger disse então: «Não creio que este seja o momento para isso. Seria absolutamente prematuro. Porque um concílio é sempre um grande compromisso, que bloqueia durante algum tempo a vida normal da Igreja. E não se pode fazê-lo com demasiada frequência. São Basílio, perante o convite para participar noutro concílio de Constantinopla, disse: "Já não irei. Porque esses concílios só geram confusão"».

O que mais me impressionou, tendo tido a oportunidade de seguir de perto pela primeira vez o guardião da fé na condução do antigo Santo Ofício, foram sobretudo as suas extraordinárias simplicidade e delicadeza. Para ele e para o seu pequeno séquito, não se abriam as salas de espera VIP. Não havia nenhum indício que levasse a pensar que ali, na fila e de mala na mão, estava a mente teológica que há uma década colaborava com João Paulo II. Tudo, mesmo tudo, desde o seu aspeto aos seus modos, ao teor das suas comunicações e da homilia proferida em Bassano, surgia em gritante contraste com a imagem de inquisidor rígido e inflexível que algum jornalismo tinha colado a Ratzinger há já alguns anos. Percebia-se logo que Joseph Ratzinger não era um fundamentalista, um imperioso «restaurador». Estava longíssimo da imagem do inquisidor medieval que – frequentemente falseando a história –, a literatura e o cinema descreveram. Ele era, antes, o filho de um velho e bom comissário da polícia da católica Baviera que se insurgiu contra o nazismo e as suas idolatrias da raça, mas que nunca policiou comportamentos. E não se tratava apenas da sua fleuma tão *british* e tão pouco alemã, nem do seu comportamento de cavalheiro de outros tempos, apaixonado pela música e pelas boas leituras. O que impressionava era, acima de tudo, a sua abordagem da fé, da essencialidade da vida cristã. Não se pode compreender Ratzinger e a sua obra como prefeito da congregação que em tempos se apelidava de «Suprema», a não ser a partir da sua afirmação

seguinte: «O magistério eclesial protege a fé dos simples; daqueles que não escrevem livros, que não falam na televisão e não podem escrever editoriais nos jornais: essa é a sua função democrática. Ele deve dar voz àqueles que não têm voz».

«Não são os sábios», dizia numa homilia proferida em Munique, na Baviera, em dezembro de 1979, «quem determina o que é verdadeiro na fé batismal, é antes a fé batismal que determina o que é válido nas interpretações sábias. Não são os intelectuais que avaliam os simples, são antes os simples que avaliam os intelectuais. Não são as explicações intelectuais a medida da fé batismal, é antes a profissão de fé batismal, na sua ingénua literalidade, que é a medida de toda a teologia. O batizado, aquele que permanece na fé do batismo, não precisa de ser doutrinado. Ele recebeu a verdade decisiva e trá-la consigo juntamente com a própria fé… Por fim, deveria ser igualmente claro que dizer, sobre a opinião de qualquer pessoa, que ela não corresponde à doutrina da Igreja Católica não significa violar os direitos humanos. Cada qual deve ter o direito de se desenvolver e de exprimir livremente a sua opinião. A Igreja, com o Concílio Vaticano II, declarou-se decididamente a favor disso e continua a ser a favor disso ainda hoje. Mas isso não significa que todas as opiniões externas devam ser reconhecidas como católicas. Cada um deve poder exprimir-se como deseja e como pode perante a sua consciência. Mas a Igreja deve poder dizer aos seus fiéis que opiniões correspondem ou não correspondem à sua fé».

Penso que nestas palavras se encontra a chave de leitura mais adequada para procurar traçar um perfil do teólogo, do cardeal e do Papa. Alguns anos antes de ser eleito, o futuro pontífice, num livro-entrevista, confessara: «Estando consciente da minha insuficiência, tenho sempre presente a perspetiva de um juízo final»; e acrescentara igualmente que o conforto vem «da certeza da grandeza de Deus, que é bem maior do que a minha fraqueza». Foram palavras semelhantes e humildes as que Ratzinger proferiu no momento do seu primeiro encontro com a multidão na Praça de São Pedro na tarde da quarta-feira 19 de abril de 2005.

O que agora submeto ao leitor é um percurso que não tem, obviamente, nenhuma pretensão de ser exaustivo, nem do ponto de vista biográfico em sentido estrito, nem tão-pouco do ponto de vista da análise do pensamento do protagonista deste livro. O próprio Ratzinger vem em nosso auxílio, no que concerne ao primeiro aspeto, com uma interessante autobiografia publicada em Itália em 1997 (*A Minha Vida*), que narra o seu percurso desde a infância até à nomeação para arcebispo de Munique e Frisinga. É um texto interessante, que deve ser lido por quem deseje conhecer este Papa. Nos primeiros capítulos deste livro, dedicados à infância, à juventude, aos estudos teológicos de Ratzinger, a sua autobiografia foi um ponto de referência constante e obrigatório.

Não tendo nenhuma pretensão de exaustividade, procurei facultar um percurso que tivesse em conta a produção científica de Ratzinger, os seus livros-entrevistas, as suas comunicações e, obviamente, os principais documentos publicados pela Congregação para a Doutrina da Fé nos longos anos do seu serviço. A segunda parte do livro inclui a descrição de um pontificado que tive a graça de poder seguir de perto, como vaticanista: as encíclicas, as viagens, as decisões importantes, os encontros. Bem consciente dos limites desta publicação, que acabei de escrever – com exceção das últimas páginas – antes de assumir o meu atual cargo na área da comunicação da Santa Sé, penso ser necessário sublinhar, como pessoalíssima chave de leitura, a complexidade do pensamento e do magistério de Ratzinger – um teólogo, um cardeal e um Papa que com demasiada facilidade foi comprimido no cliché tradicional-conservador. Seguindo o percurso da sua vida e a evolução do seu pensamento, compreende-se bem a influência que nele tiveram o choque do pós-concílio e as influências infraeclesiais da contestação de 68; viu-se isso igualmente num dos seus últimos contributos, o que fez para a cimeira do Vaticano contra os abusos de menores. O ano de 68 na Igreja fez com que uma das mentes teológicas mais brilhantes, tendo sido mobilizada para a renovação do Vaticano II, se encontrasse do outro lado da barricada, acabando por ser considerada um conservador, ou um «restaurador». Todavia, se virmos

bem, se fizermos o esforço de romper com o cliché e superar a tentação de nos determos nos *slogans* (uma das maleitas do nosso tempo, também na Igreja), descobre-se um outro Ratzinger. Um Papa que em 2007, 12 anos antes do Sínodo sobre a Amazónia de 2019, dizia que «a devastação ambiental da Amazónia e as ameaças à dignidade humana das suas populações requerem um maior compromisso nos mais diversos espaços de ação que a sociedade vem solicitando». Um Papa que, em 2008, numa comunicação na ONU, falou da necessidade de «ações conjuntas» para a redução das desigualdades e a proteção do ambiente. Explicando que as «questões de segurança», a redução «das desigualdades locais e globais», a proteção dos recursos e do clima exigem que todos os responsáveis internacionais ajam «conjuntamente» em prol dos países mais desfavorecidos. E, nesse mesmo ano, ao dialogar com os jornalistas no voo que o levaria a Sidney, e respondendo a uma pergunta sobre a proteção do ambiente, afirmou que era necessário «redescobrir na Criação o rosto do Criador, voltar a descobrir a nossa responsabilidade diante do Criador pela Criação que Ele nos confiou, formar a capacidade ética para um estilo de vida que é necessário assumir, se quisermos enfrentar o problema desta situação e se realmente quisermos chegar a soluções positivas». Um Papa que, em 2011, durante a sua última viagem à Alemanha (como Pontífice em funções), disse com coragem: «Os exemplos históricos mostram que o testemunho missionário de uma Igreja "desmundanizada" refulge de modo mais claro. Liberta dos fardos e dos privilégios materiais e políticos, a Igreja pode dedicar-se melhor e de modo verdadeiramente cristão ao mundo inteiro, pode estar verdadeiramente aberta ao mundo. Pode de novo viver, com mais agilidade, a sua vocação para o ministério da adoração de Deus e para o serviço ao próximo». Uma Igreja livre do poder, do dinheiro, dos privilégios. Uma Igreja que não se sente autossuficiente, que não confia na organização, mas que se abre «às preocupações do mundo» testemunhando o Evangelho. Afirmações que, mais uma vez, contrastam com a imagem de um Pontífice «restaurador» e de uma Igreja estruturada e poderosa, nostálgica do passado e entrincheirada em si mesma.

Também as decisões e os gestos mais benevolentes de Bento XVI nas relações com o mundo tradicionalista sempre foram ditados por uma magnânima intenção de acolhimento infelizmente não correspondida, nunca de «restauração». Nunca quis fazer «reformas da reforma» litúrgica. É verdade que criticou abusos e excessos que caraterizaram o período pós-concílio, mas sempre considerou o Vaticano II uma bússola imprescindível. Procurou diminuir o protagonismo da figura papal. E sobretudo pretendeu voltar a chamar toda a Igreja ao essencial do anúncio cristão, como demonstra a sua obra em três volumes *Jesus de Nazaré*, escrita por um Papa que nunca esqueceu a sua vocação de estudioso.

Não se pode, além disso, deixar de citar a atitude tomada por Bento XVI perante a tragédia dos abusos de menores. O Papa Ratzinger não só travou uma dura batalha introduzindo normas muito duras, mas também se encontrou com as vítimas, oferecendo assim um exemplo aos bispos do mundo inteiro: as vítimas não são «inimigas» da Igreja e do seu bom nome, mas devem ser acolhidas, escutadas, acompanhadas, ajudadas. Mas o testemunho mais importante, neste sentido, deu-o pedindo a toda a Igreja que tivesse em conta esta praga, sem se entrincheirar em atitudes defensivas ou autoabsolutórias. Em 2010, perante a explosão do escândalo, o Papa Ratzinger convidou a Igreja à conversão e a uma atitude «penitencial». A mesma atitude que reencontraríamos, 12 anos depois, na sua comovente carta com o pedido de perdão pelos abusos ocorridos em Munique.

Por fim, deve ser recordada a atitude evangélica que teve o Pontífice bávaro quando apelou à urgência de uma conversão missionária para uma Igreja que voltasse a anunciar o essencial: «Muitas vezes preocupamo-nos afanosamente com as consequências sociais, culturais e políticas da fé», disse a 11 de maio de 2010 aos jovens de Lisboa, «dando por suposto que a fé existe, o que é cada vez menos realista. Colocou-se uma confiança talvez excessiva nas estruturas e nos programas eclesiais, na distribuição de poderes e funções; mas o que acontece se o sal se tornar insípido? Para isso é preciso voltar a anunciar com vigor e alegria o acontecimento da morte e da Ressurreição

de Cristo, coração do cristianismo, fulcro e sustentáculo da nossa fé». Durante essa mesma viagem, dois dias depois, quando se encontrou com os bispos portugueses em Fátima, o Papa Ratzinger desmentiu de facto os fautores de um cristianismo identitário todo dedicado aos apelos morais contra o mundo: «Quando no sentir de muitos a fé católica deixa de ser património comum da sociedade e, frequentemente, se vê como uma semente insidiada e ofuscada por "divindades" e senhores deste mundo, muito dificilmente aquela poderá tocar os corações graças a simples discursos ou apelos morais e menos ainda a genéricos apelos aos valores cristãos. O apelo corajoso e integral aos princípios é essencial e indispensável; todavia, a mera enunciação da mensagem não chega ao fundo do coração da pessoa, não toca a sua liberdade, não muda a vida. Aquilo que fascina é sobretudo o encontro com pessoas crentes que, pela sua fé, atraem para a graça de Cristo, dando testemunho d'Ele […]».

a.t.

Nota
Este livro, à exceção dos últimos parágrafos, foi escrito antes de dezembro de 2018, ou seja, antes do início das minhas funções na área da Comunicação do Vaticano.